

Nelson pede a aprovação das medidas

O Congresso deve aprovar até o dia 30 as medidas provisórias baixadas ontem pelo presidente José Sarney e que se constituem em uma reindexação da economia, com o objetivo de evitar a hiperinflação. Isto ficou acertado ontem de manhã em mais uma reunião dos presidentes de sete partidos, que participam do pacto para um entendimento nacional. Nesse encontro ficou também estabelecido que o Congresso vai aprovar uma resolução com todas as medidas econômicas consideradas de emergência para conter a inflação e garantir as próximas eleições presidenciais.

O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que preside o pacto, disse que ele próprio sugeriu ao presidente José Sarney que baixasse imediatamente as medidas provisórias criando novamente indexadores para economia, durante o encontro informal do Conselho da República, ocorrido ontem. Isso porque, segundo o senador, os economistas que assessoram os parlamentares para a elaboração das medidas de emergência também julgaram que a reindexação deve ser concretizada imediatamente.

"Eu me comprometi com o Presidente a aprovar estas medidas até o dia 30 e espero contar com a colaboração de vocês para acelerar este processo e garantir o recesso parlamentar de julho", disse Nelson Carneiro aos presidentes de partidos, que concordaram de imediato com a proposta.

Se a aprovação das medidas provisórias a curto prazo não causou polêmica, o mesmo não aconteceu com a decisão de o Congresso ser o responsável pelas medidas de emergência para a economia — impopulares porque visam a aumentar a arrecadação e reduzir os gastos — através de resolução do Legislativo. O senador Ronan Tito (PMDB-MG), que tem representado o presidente do seu partido, Jarbas Vasconcellos, nas reuniões do pacto, argumentou que, se as medidas forem ditadas pelo Congresso, terão mais chances de êxito, porque darão respaldo e autoridade ao presidente José Sarney para que possa executá-las.

Mas, afinal, os presidentes do PMDB, PFL, PTB, PSDB, PL, PDS e PDC — PT e PDT não acreditam no pacto — acabaram concordando em entrar em contato imediato com os economistas que assessoram seus partidos, para que estes façam um esboço do projeto de resolução do Legislativo, que conterà as medidas consideradas de emergência.

Na quinta reunião do pacto para um entendimento nacional, os parlamentares (principalmente os senadores) deixaram claro que a preocupação com a imediata adoção de medidas de emergência para correção dos rumos da economia não se prende apenas à urgência.